



Senado deve analisar hoje MP sobre reforma administrativa

A medida provisória tem que ser votada até a próxima segunda-feira. Caso contrário, perderá a validade e a configuração do Executivo voltará a ser a do ano passado

O Plenário do Senado deve analisar hoje a medida provisória que reorganizou a estrutura ministerial do governo. Se a MP não for votada até a próxima segunda-feira, perderá a validade e o Poder Executivo voltará a ter a mesma configuração do ano passado.

A medida transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Economia para o Ministério da Justiça. No entanto, a Câmara desfez a mudança. O líder do PSL, senador Major Olímpio, disse que vai apresentar um destaque para tentar retomar a intenção original da MP. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 22/5/2019

Também está na pauta do Plenário substitutivo da Câmara ao projeto da Lei das Agências Reguladoras com medidas para garantir autonomia e dar mais transparência



Ultrapam Machado/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

De 8 mil novas creches e pré-escolas previstas, só 17% estão funcionando

Oferta de creches esbarra em problemas de gestão

Em meio à polêmica do corte de verbas para universidades, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu, no Senado, a ampliação dos investimentos na primeira infância. Desde 2014, o país tem metas para aumen-

tar as vagas na educação pública infantil. Embora tenha havido crescimento no número de matrículas, cerca de 2 milhões de crianças ainda estão fora das creches. Um dos empecilhos são obras paralisadas ou inacabadas. **4**

Secretário de Comunicação do governo mostra prioridades

A Comissão de Transparência recebe hoje o secretário especial de Comunicação Social, Fabio Wajngarten. Ele deve falar no colegiado

sobre o uso das redes sociais pelo governo e a aplicação de recursos públicos na área de comunicação. O requerimento é de Eliziane Gama. **3**

Fim de conselhos federais é criticado em audiência pública

Participantes de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos disseram que o decreto que extingue conselhos da administração federal prejudica a participação social nas

políticas públicas. Mas, para o representante do governo, Dante Viana, a medida é necessária porque o número de colegiados cresceu muito e os recursos do governo diminuíram com a crise. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paulo Paim entre representantes de conselhos federais durante o debate

Sessão celebra 20 anos de instituto no Amazonas

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá foi homenageado ontem em Plenário pelo trabalho de preservação do pirarucu na Amazônia, o maior peixe de água doce no mundo. **2**

Colegiado votará isenção do IR para doenças graves

A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar hoje projeto que garante isenção do Imposto de Renda a pessoas com diabetes mellitus, lúpus e miastenia gravis. **3**

Pesquisa: Senado pode ajudar a evitar tragédias

Para 85% dos brasileiros, os senadores podem ajudar a evitar tragédias como a de Brumadinho (MG). É o que diz pesquisa nacional feita pelo DataSenado, que ouviu a população sobre a importância do meio ambiente, as principais ameaças e o papel dos parlamentares na prevenção de desastres ambientais. **2**



Felipe Wernick/Ibama

Região de Brumadinho atingida pelo rompimento da barragem da Vale

Senado celebra Instituto Mamirauá, no Amazonas

Sessão especial no Plenário comemorou os 20 anos de criação da organização social dedicada à preservação do pirarucu, maior peixe de água doce do mundo, e à biodiversidade amazônica

AS AÇÕES DO Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) foram fundamentais para garantir a pesca do pirarucu e a preservação dessa espécie, que é a maior de água doce no mundo. O sucesso da iniciativa foi destacado ontem em homenagem no Plenário, para comemorar os 20 anos da organização que atua em políticas públicas em favor da biodiversidade amazônica.

O IDSM é uma organização social criada em abril de 1999 e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ela desenvolve suas atividades por meio de programas de pesquisa sobre a biodiversidade, manejo de recursos naturais e desenvolvimento social, principalmente na região do Médio Solimões, no Amazonas.



Autor do pedido para homenagem, Eduardo Braga (C) comanda a sessão

Segundo os participantes, a parceria entre a ciência e o saber tradicional das comunidades ribeirinhas acumula resultados positivos nos últimos 20 anos, quando houve aumento médio de 427% dos estoques de pirarucu. No ano passado, por exemplo, a atividade pesqueira gerou mais de R\$ 1,5 milhão para as comunidades da região.

— Entre os anos de 1980 e 1990, a população dessa espécie, que chega a medir 3 metros e a pesar 200 quilos, reduzia-se a olhos vistos, em virtude da pressão exercida pelos grandes centros urbanos, como Manaus — afirmou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), autor do requerimento de homenagem e que presidiu a sessão especial.

Para cidadãos, Senado pode ajudar a evitar tragédias

Brasileiros acham que os senadores podem ajudar a evitar tragédias ambientais, aponta pesquisa do Instituto DataSenado divulgada no dia 21. Para 85% das pessoas ouvidas, o trabalho parlamentar é importante na prevenção de catástrofes como as que ocorreram em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

As iniciativas parlamentares sobre o assunto foram apontadas como relevantes por mais de 90% dos participantes. Para quase metade deles (49%), a principal forma de evitar novos desastres é fiscalizar mais as empresas, seguida de fazer leis mais rígidas (18%) e aplicar punições mais rigorosas (16%). Os cidadãos apoiaram pautas como tornar crime hediondo a poluição ambiental que resulte em morte e o endurecimento do combate a ações humanas danosas ao meio ambiente. Também concordam com a promoção de debates e com a CPI de Brumadinho, instalada

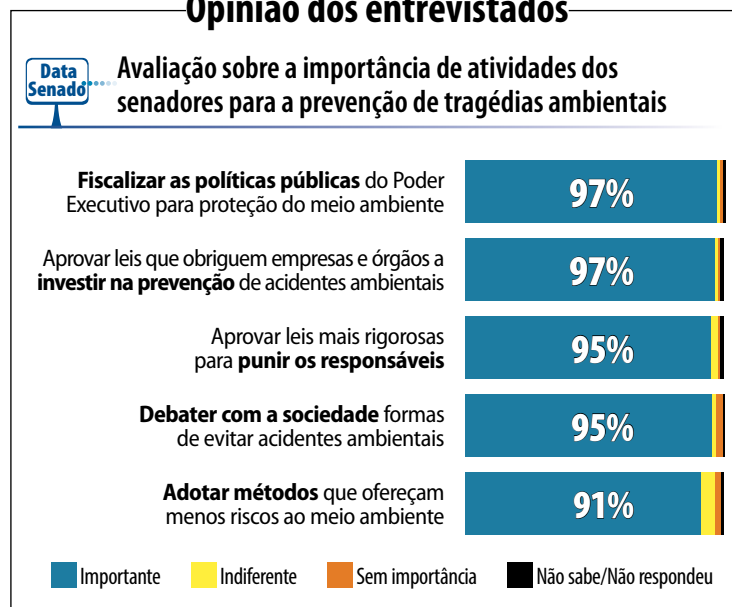
em 13 de março no Senado.

Sobre as empresas que causaram danos ambientais e ainda não indenizaram as vítimas, a maioria é a favor que elas sejam impedidas tanto de obter novas licenças ambientais (66%) quanto de renová-las (65%). Para 66%, essas empresas não devem ser contratadas pelo poder público. Mais de

90% dos entrevistados acreditam que é possível conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Foram entrevistados 1.161 cidadãos de todos os estados, por ligações telefônicas, de 6 a 25 de março deste ano. A margem de erro é de 2,9 pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

Opinião dos entrevistados



Questão ambiental é ideológica, não tem embasamento científico, diz Marcio Bittar

Para Marcio Bittar (MDB-AC), a questão ambiental no Brasil está distante de embasamentos científicos. O assunto virou uma “religião ideológica”, “uma histeria”, afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

O senador disse não concordar com a ideia de que o homem, a partir da Revolução Industrial, tenha capacidade de interferir no clima do pla-

neta. Segundo ele, em nome dessa hipótese não comprovada, o Brasil abriu mão, por exemplo, de ofertar uma quantidade três vezes maior de alimento. Bittar anunciou que a Comissão de Relações Exteriores recebe hoje dois cientistas brasileiros que contestam a influência humana no clima global.

Paulo Paim defende dispensa de perícia para aposentado em decorrência da aids

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, a derubada do veto presidencial ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 188/2017, que propunha a dispensa de reavaliação pericial a aposentados por invalidez em decorrência do HIV. No início do mês, o presidente Jair Bolsonaro julgou a matéria inconstitucional e contrária ao interesse público.

Segundo o senador, é mais

caro para o país custear uma unidade de terapia intensiva (UTI) para o tratamento desses pacientes do que pagar uma aposentadoria de um salário mínimo.

— Muitas pessoas aposentadas há 20 anos foram, de repente, desapensadas. Recebiam, em média, um salário mínimo. Qual a empresa que vai contratar um cidadão como esse, como vão se manter?

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Salário mínimo

9h Audiência para debater políticas públicas de salário mínimo.

CAE Créditos do BNDES

10h Entre 10 itens, o PLS 261/2015, que proíbe o BNDES de conceder crédito a governos estrangeiros.

CRE/CMA Mudanças climáticas

10h Audiência conjunta sobre mudanças climáticas e aquecimento global. Foram convidados, entre outros, o diretor de Meio Ambiente do Itamaraty, Leonardo Cleaver de Athayde, e o professor da USP Ricardo Augusto Felício.

CTEC Comunicação da Presidência

10h Audiência com o secretário de Comunicação Social da Presidência, Fabio Wajgarten, para prestar informações sobre prioridades e diretrizes da pasta.

CE Isenção de ISS para circos

11h Entre 20 itens, o PLP 17/2019, que isenta espetáculos circenses do Imposto sobre Serviços.

CI Sabatina para a ANTT

11h Sabatina de Davi Ferreira Gomes Barreto, indicado para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Depois, entre 4 itens, o PLS 466/2011, que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência no embarque de transportes coletivos.

MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho

13h30 Análise do relatório.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A MP 870/2019, sobre a reforma administrativa do Executivo, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário deve votar textos sobre ministérios e agências

Senadores devem analisar esta semana a medida provisória da reforma administrativa e o projeto para reduzir a influência de empresas privadas sobre as agências reguladoras e dar a elas mais autonomia

A MEDIDA PROVISÓRIA que reorganiza a estrutura ministerial do governo de Jair Bolsonaro está na pauta de votações do Senado hoje. Se MP 870/2019 não for aprovada até a próxima segunda-feira, perderá a validade e a configuração do Poder Executivo voltará a ser o que era no ano passado.

Também está na pauta desta semana o substitutivo da Câmara ao projeto da Lei das Agências Reguladoras (PLS 52/2013). Aprovado em 2016, o texto contém medidas para garantir a autonomia e dar mais transparência para as agências.

Sobre a reforma administrativa, as principais mudanças feitas pela MP são a criação de dois “superministérios”: o da Economia, com a fusão das pastas da Fazenda, Planejamento, Indústria e Trabalho; e o da Justiça, que incorporou a Segurança Pública. Outras fusões são o Ministério da Cidadania, que uniu Cultura, Esporte e Desenvolvimento



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre marcou para hoje a votação da MP

Social, e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que unificou secretarias especiais.

A MP tirou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia e vinculou-o ao da Justiça. Porém, na comissão mista que analisou a medida, essa transferência foi desfeita. Líder do PSL, Major Olimpio (SP) disse que vai apresentar destaque em Plenário para tentar retomar a intenção da MP.

Já o projeto das agências reguladoras, do ex-senador Eunício Oliveira, foi modificado na Câmara. Os deputados revogaram o dispositivo da Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 2016) que proíbe a nomeação de dirigentes partidários e de parentes de políticos para conselhos de administração e diretorias de empresas públicas. O relator do substitutivo no Senado, Marcio Bittar (MDB-AC), rejeitou essa mudança.

Secretário de Comunicação apresenta diretrizes

O secretário especial de Comunicação Social do governo, Fabio Wajngarten, comparecerá hoje, às 10h, na Comissão de Transparência (CTFC) para prestar informações sobre as prioridades da pasta.

Requerida por Eliziane Gama (Cidadania-MA), a audiência deve abordar o uso das redes sociais pelo governo e a aplicação de recursos públicos na área de comunicação. A senadora quer saber se há um

plano para distribuir as verbas do setor pelas regiões do país e como o governo avalia o papel das rádios comunitárias.

— Qual é a visão do governo em relação às regiões do Brasil e a repartição de verbas será feita não apenas em relação aos estados, mas também em relação aos veículos de comunicação? Qual o critério que o governo estabelecerá para a aplicação desse orçamento, que é significativo, muito em-

bora tenha havido uma redução desse valor, algo em torno de R\$ 200 milhões para publicidade governamental? — questionou a senadora em 19 de março, quando o seu requerimento foi aprovado pela comissão.

A senadora também se preocupa com as *fake news* e quer saber do ministro qual o compromisso do governo no sentido de não passar notícias falsas à população.

Eduardo Girão elogia manifestações e pede instalação de CPI

Eduardo Girão (Pode-CE) elogiou ontem as manifestações e qualificou o movimento como altamente legítimo, realizado de forma ordeira e pacífica, e definiu como Pauta Brasil as demandas dos manifestantes.

O senador lembrou que muitas faixas e cartazes pediam a CPI dos Tribunais Superiores.

— Se esta Casa aqui é investigada, tem que ser investigada, a Câmara também tem que ser investigada, presidente da República investigado, todo mundo. Mas por que o Supremo Tribunal Federal não é investigado? Por quê? Está acima da lei? O que está acontecendo?



Roque de Sá/Agência Senado

Kajuru quer diálogo para que país supere crise e volte a crescer

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu ontem um amplo diálogo para que o país consiga superar a crise e possa voltar a crescer.

O senador lembrou que, no dia 15 de maio, houve uma manifestação em mais de 200 cidades de pessoas contrárias à política educacional.

Para ele, o radicalismo não prevaleceu, o que mostra que o cenário atual é propício para o fortalecimento das instituições.

— E o esforço não pode ser uma tarefa restritiva. Ao contrário, tem que ser uma tarefa coletiva e agregar todas as forças do país.



Roque de Sá/Agência Senado

Telmário defende Coaf na Justiça e diz que povo está atento

Telmário Mota (Pros-RR) falou ontem sobre as manifestações a favor do governo. O senador afirmou que o sucesso em algumas localidades mostra que o povo está atento, especialmente quando defende a manutenção do Conselho de Controle de Atividade Financeira (Coaf) no Ministério da Justiça.

Ele afirmou que a participação de apenas 300 pessoas no movimento em Roraima revela a decepção do estado com o governo, que, segundo ele, é questionado por diversos motivos, como a falta de ajuda concreta para acolher os migrantes venezuelanos.



Roque de Sá/Agência Senado

Alvaro Dias celebra maior participação popular na política

As manifestações mostram que a participação popular na política está mudando, elogiou ontem Alvaro Dias (Pode-PR).

— Antes nos causava preocupação, e certamente isso constituía um grande estímulo, assistir à leniência, à passividade, à preguiça da sociedade brasileira diante dos escândalos de corrupção.

A manifestação reivindicou a aprovação do pacote anticrime e da reforma da Previdência, o fim de privilégios, a instalação da CPI dos Tribunais Superiores e a manutenção do Coaf no Ministério da Justiça.



Roque de Sá/Agência Senado

Randolfe critica postura de Bolsonaro e exalta passeatas

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) acusou ontem Jair Bolsonaro de conspirar contra as instituições do Estado de direito. Segundo ele, o presidente usou suas redes sociais para incitar a nação contra os Poderes Legislativo e Judiciário. Já as manifestações populares propriamente ditas, que reivindicaram apoio dos parlamentares a medidas do governo, foram consideradas legítimas pelo senador.

— O que não é legítimo é o presidente no uso de suas atribuições, de sua conta na sua rede social, atentar contra as instituições democráticas.



Roque de Sá/Agência Senado

Debatedores criticam extinção de conselhos do governo federal

O decreto do presidente da República, Jair Bolsonaro, que extingue colegiados da administração pública federal a partir de 28 de junho foi tema de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O Decreto 9.759, de 2019, acaba com conselhos, comitês, comissões, grupos e outros que tenham sido instituídos por decreto, ato normativo inferior a decreto ou ato de outro colegiado.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Pigatto, disse que o órgão se posicionou contra o decreto, apesar de não ter sido diretamente afetado. O presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Leonar-

do Pinho, que também não será atingido, classificou o decreto como um “ataque orquestrado” à Constituição.

— Ataca a ideia de cidadania ativa, em que o povo é convocado a construir, fiscalizar e peticionar os órgãos públicos.

Representante do governo, Dante Viana explicou que o decreto foi instituído em razão do alto número de conselhos, o que os tornou “inadministráveis”; e da crise econômica, que obrigou o poder público a reduzir gastos. Segundo ele, alguns não se reuniam há dois anos. Presidente da CDH e autor do requerimento para o debate, Paulo Paim (PT-RS) disse que os assuntos discutidos na comissão “são sempre uma demanda da sociedade”.



Paulo Paim ouve Fernando Pigatto, do Conselho Nacional de Saúde

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Projeto isenta de imposto aposentado com doença grave

Pessoas com diabetes mellitus poderão ter isenção de Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. O benefício consta de projeto que pode ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De Alvaro Dias (Pode-PR), o PL 585/2019 receberá decisão final. O relator, Mecias de Jesus (PRB-RR), apresentou

uma emenda para incluir mais duas doenças: lúpus eritematoso sistêmico e miastenia gravis. A CAE pode votar também o PLS 261/2015, que proíbe o BNDES de financiar e conceder crédito a governos estrangeiros, e o PLP 26/2019 — Complementar, que inclui o pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário.

Falta de gestão prejudica oferta de creches

Obras inacabadas e paralisadas, fiscalização deficiente e restrições orçamentárias são desafios para o foco da educação na primeira infância prometido pelo governo

Reportagem: Paola Lima
 Edição: Juliana Steck

EM MEIO À polêmica do contingenciamento de recursos para as universidades e institutos técnicos federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu no Senado o foco do MEC na primeira infância como estratégia para vencer a desigualdade social. Esse caminho, disse ele, é uma recomendação do economista americano James Heckman, vencedor do Prêmio Nobel em 2000. Em audiência na Comissão de Educação (CE), em 7 de maio, Weintraub afirmou que o Heckman diz que “o retorno social” é muito maior quando feito na educação infantil.

Mas quanto, de fato, o Brasil tem investido nessa etapa do ensino? Em 2014, o governo anunciou que dedicaria atenção especial às crianças de até 3 anos, em creches, e de 4 e 5 anos, nas pré-escolas. No mesmo ano, o Plano Nacional de Educação (PNE), criado pela Lei 13.005, de 2014, estabeleceu diretrizes, metas e estratégias para a política educacional de 2014 a 2024, até mesmo quanto a investimentos. Desde então, o número de matrículas na educação infantil cresceu 11,1%, atingindo 8,7 milhões.

O aumento, porém, não foi suficiente. A primeira meta do PNE era universalizar, até 2016, a educação na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos. Três anos após o fim do prazo, o atendimento escolar é de 91,7%. Para as crianças de até 3 anos, a meta do PNE era atender, no mínimo, 50% até o final da vigência do plano em 2024.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que as matrículas em creche cresceram 23,8% entre 2014 e 2018, mas apenas 32,7% das crianças estão sendo atendidas. Falta matricular cerca de 2 milhões para alcançar a meta.



Construção paralisada de creche no Piauí: o governo federal já repassou R\$ 1,4 milhão para a obra, iniciada em 2012

Uma das medidas para reestruturar o segmento é o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil (Proinfância), que tem entre seus eixos a construção de creches e pré-escolas.

Relatório de avaliação elaborado pelo Ministério da Transparência e pela Controladoria-Geral da União (CGU) mostrou que, de 8.824 obras previstas, apenas 3.482 (39%) foram concluídas. Dessas, só 1.478 (17%) estão em funcionamento. O relatório da CGU ajudou a fundamentar no Senado um ciclo de debates sobre obras de creches inacabadas, promovido pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC).

— Já foram gastos R\$ 6 bilhões e menos da metade das creches anunciadas foi concluída. Cada projeto que deixa de acontecer representa dramas familiares — lamentou o presidente da comissão, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

O diretor de Auditoria de Políticas Sociais e Segurança Pública da CGU, José Paulo Barbieri, mostrou que, se todas as creches e pré-escolas pactuadas tivessem sido concluídas e estivessem em funcionamento, o país teria ganho mais de 1,8 milhão de novas vagas — quantidade próxima à da meta do PNE. No entanto, menos de 600 mil novas vagas foram abertas.

Taxa de escolarização entre 0 e 5 anos

	de 0 a 3 anos		de 4 a 5 anos	
	2016	2017	2016	2017
Norte	14,4%	16,9%	84,1%	85%
Nordeste	27,2%	28,7%	94,1%	94,8%
Sudeste	35,9%	39,2%	90,8%	93%
Sul	38%	40%	88,1%	88,9%
Centro-Oeste	25%	25,4%	84,4%	86,9%
Brasil	30,4%	32,7%	90,2%	91,7%

Meta do Plano Nacional de Educação para 2024 é de 50%

Obs: Os dados relacionam o número de matrículas do Censo Escolar e a população de determinado território, no segundo trimestre de 2017.
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



— O programa não demonstrou a que veio, só gerou problemas e deficiências que precisam ser solucionados nas próximas gestões — afirmou.

De acordo com a pesquisa “Obras Paralisadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), 969 das creches inacabadas estão com a obra paralisada há pelo menos quatro anos. A principal dificuldade é a execução. As prefeituras não têm condições financeiras de bancar a infraestrutura necessária e acabam paralisando a obra faltando 1% ou 2% para ser concluída.

— A fiscalização tem de existir. O Estado tem de ser mais ágil na aplicação de recursos e na atenção às obras — cobrou Luiz Afonso Assad, da Comissão de Infraestrutura da Cbic.

Na tentativa de ajudar estados e municípios, o Ministério da Educação estendeu até 25 de setembro o prazo para que gestores solicitem a retomada das construções. Para Rodrigo Cunha, o Senado também precisa buscar soluções:

— É importante jogar luz sobre esse gargalo inadmissível na educação infantil e aperfeiçoar os dados para cobrar do governo a retomada das obras.

Outro grande empecilho à ampliação da educação infantil no Brasil é a falta de dinheiro, que se agrava com as restrições orçamentárias por causa da

prolongada crise fiscal.

O programa Brasil Carinhoso (Lei 12.722, de 2012), que consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com a educação infantil, não teve orçamento para 2019. Em 2018 a verba já havia sido de R\$ 6,5 milhões — o equivalente a apenas 1% do orçamento de 2014, que foi de R\$ 642 milhões.

Fundeb

Tramita no Senado o PLS 339/2017, que define percentuais mínimos para o Brasil Carinhoso. Municípios que cumprirem a meta da educação terão repasse mínimo de 50% do valor anual por matrícula definido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Já os que não cumprirem a meta receberão pelo menos 25% do valor. A proposta, de Romário (Pode-RJ), está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os senadores também analisam a PEC 33/2019, de Jorge Kajuru (PSB-GO), e a PEC 65/2019, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para tornar o Fundeb permanente. A vigência do fundo termina em 2020. O Fundeb tem programados R\$ 156,4 bilhões para custear 40 milhões de estudantes em 2019. A PEC de Kajuru está no Plenário e a de Randolfe, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em abril, foi aprovado o PLS

466/2018, do senador José Serra (PSDB-SP), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para instituir programa de auxílio financeiro a famílias de baixa renda que não conseguirem matrícula para crianças de até 5 anos. A proposta seguiu para a Câmara. Os prefeitos e o governador do DF ficariam autorizados a criar o auxílio-creche para os beneficiários do Bolsa Família com crianças nessa faixa etária onde não houvesse vagas na rede pública ou conveniada.

— Criança fora de creche ou com escola deficiente e de família pobre será pobre. Isso cria um círculo em que pobreza gera pobreza — argumenta Serra.

Ele salientou que 34% das crianças de até 3 anos não frequentam estabelecimentos de educação infantil porque não há vagas.

— O prefeito vai atender as famílias carentes e estar isento de qualquer ação judicial, porque vai estar respaldado por uma lei aprovada pelo Congresso — apoiou Simone Tebet (MDB-MS).

Relator do PNE no Senado em 2013, Alvaro Dias (Pode-PR) reconhece que o país está longe de alcançar o que está previsto. Ele defende o incentivo à construção de creches com verbas da União e a adoção de medidas como a proposta de Serra.

— O projeto não soluciona, mas sinaliza que o Parlamento sabe a necessidade, a importância e o valor do investimento público na primeira infância.

Cid Gomes (PDT-CE) criticou o projeto, argumentando que ele não acrescenta recursos à educação, apenas permite que vouchers (auxílios) possam ser entregues às famílias para matricular seus filhos em creches particulares.

Outro texto sobre o tema, o PLS 172/2018, do ex-senador Wilder Moraes (PP-GO), permite o uso de recursos do Fundeb para despesas com educação de crianças de até 3 anos em creches privadas. Plínio Valério (PSDB-AM) deu parecer contrário à proposta na CE, argumentando que esses recursos devem ter como regra o atendimento na rede pública e não o financiamento de bolsas.

Situação das construções

Como estão as obras em creches e escolas públicas

Concluídas	4.830
Execução	3.352
Planejamento pelo proponente	1.357
Paralisadas	762
Canceladas	642
Inacabadas	624
Licitação	576
Reformulação	544
Contratação	238
Total	12.925

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

Saiba Mais

Proinfância
<http://bit.ly/MecProinfancia>

Brasil Carinhoso
<http://bit.ly/MecBrasilCarinhoso>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania